



**Mission Permanente  
de la République d'Angola  
Genève**

## **NOTA DE IMPRENSA**

**Genebra, (03/11) – Angola participou e moderou nesta sexta-feira (03 de novembro) a primeira sessão do workshop sobre os países menos desenvolvidos (PMA) e o sistema comercial multilateral, que decorreu na sede da Organização Mundial do Comércio (OMC).**

O workshop subordinado ao tema “**Evolução das prioridades dos PMA rumo à 13ª Conferência Ministerial da OMC**” na agricultura teve como moderadora a Embaixadora Margarida Izata Representante Permanente de Angola junto da ONU e de outras Organizações internacionais, em Genebra que centrou o foco da sua abordagem na evolução das prioridades dos PMA no domínio da agricultura.

O debate contou com um painel de oradores integrado pelo Embaixador, Alparslan Acarsoy, da Turquia e Presidente das negociações agrícolas da OMC, Joseph Glauber, investigador sénior do Instituto internacional de política alimentar e antigo negociador principal dos Estados Unidos para a agricultura na Ronda de Doha, e Fallou Fall, Conselheiro na Missão Permanente do Senegal, e ponto focal do grupo dos PMA para a agricultura.

O evento serviu também para divulgar as conclusões do segundo volume da coletânea de ensaios intitulada "Os PMA e o sistema de comércio multilateral", proceder ao exame das prioridades dos PMA em domínios de negociação mais vastos antes da realização da 13ª Conferência Ministerial da OMC prevista para Fevereiro de 2024 e explorar a forma como os PMA podem participar mais activamente nos trabalhos da OMC com vista a promover os seus interesses comerciais.

Os participantes examinaram igualmente as conclusões de um novo estudo da OMC e do Quadro Integrado Reforçado (QIR) que descreve as prioridades dos PMA na agricultura e no comércio de serviços intitulada “PMA e o sistema comercial multilateral”, que ressalta medidas governamentais comerciais e não comerciais que podem comprometer as perspectivas das exportações dos PMA.

Reconhecendo o papel do comércio na contribuição para a segurança alimentar dos PMA, os oradores salientaram a importância de manter as exportações agrícolas e alimentares a fluir para facilitar as importações dos PMA.

O debate trouxe à tona que o apoio do comércio continua a ser essencial para fortalecer a capacidade das empresas fornecedoras de serviços aos PMA.

Entre as prioridades que exigem especial atenção dos decisores políticos dos PMA contam-se a necessidade de colmatar as lacunas de dados, reforçar os quadros regulamentares nacionais, diversificar os cabazes de exportação dos serviços dos PMA e aumentar a competitividade das empresas através do financiamento do comércio e da melhoria das competências.





**Mission Permanente  
de la République d'Angola  
Genève**

Os oradores também citaram a integração regional como importante para impulsionar as exportações de serviços dos PMA.

A Representante Permanente de Angola junto da ONU, disse que a agricultura é um sector vital para todos os membros da OMC, especialmente para os PMA, ao mesmo tempo, a quota-parte dos PMA no comércio mundial de géneros alimentícios continua a ser pequena. Em 2022, os PMA representavam 1,7 % das exportações mundiais de géneros alimentícios e cerca de 3 % das importações mundiais de géneros alimentícios”, referiu ao tomar a palavra no início do debate.

A Embaixadora Margarida Izata lembrou aos participantes que já se passaram duas décadas e meia de debates na tentativa de reformar as disfunções óbvias do Acordo sobre a Agricultura sem que se tenha chegado a quaisquer progressos concretos.

“Para os países menos desenvolvidos, é evidente que o actual regime do Acordo sobre a Agricultura beneficia as economias desenvolvidas, grandes empresas agrícolas subsidiadas que distorcem o mercado mundial dos PMA, os desafios em matéria de segurança alimentar a longo prazo, a necessidade social imperiosa de melhorar os meios de subsistência rurais e de avançar para uma agricultura sustentável”, referiu.

A Embaixadora Margarida Izata vincou igualmente a necessidade social imperiosa de melhorar os meios de subsistência rurais e de avançar para uma agricultura sustentável, embora os membros da OMC tenham reconhecido as necessidades especiais dos PMA nos sectores agrícolas, são necessários mais esforços para ajudar os PMA a realizar plenamente o seu potencial comercial no sector da agricultura.

Por outro lado, a Representante Permanente de Angola junto da ONU, em Genebra, sublinhou o facto de neste momento proceder-se à análise das possíveis estratégias para que os PMA aumentem o seu comércio agrícola, incluindo a possibilidade de se explorar o que poderá ser avançado no domínio da agricultura durante a Conferência Ministerial da OMC (MC13) apazada para fevereiro de 2024.

Para concluir, a moderadora do workshop destacou três aspectos relevantes que emergiram do debate, nomeadamente considerou necessários esforços concertados para ajudar os PMD a aumentar a produção agrícola, em segundo lugar, focou sobre as negociações agrícolas da OMC que constituem uma oportunidade para ajudar a nivelar as condições de concorrência no comércio agrícola, ao mesmo tempo que os PMA devem continuar a participar nas negociações sobre agricultura e continuar a articular os seus interesses.

Em terceiro lugar, referiu que, a 13ª Conferência Ministerial da OMC vai oferecer aos PMA a oportunidade de reforçar a segurança alimentar, uma vez que na anterior Conferência Ministerial (MC12), os membros da OMC concordaram em não impor restrições à exportação de alimentos adquiridos pelo Programa Alimentar Mundial para fins humanitários, bem como



**Mission Permanente  
de la République d'Angola  
Genève**

um acordo de não imposição de restrições à exportação de géneros alimentícios importados pelos PMA poderá contribuir de forma positiva para os esforços globais destinados a garantir a segurança alimentar a nível mundial.

**Missão Permanente da República de Angola junto do Escritório das Nações Unidas e Outras Organizações Internacionais em Genebra, aos 03 de Novembro de 2023**

